ILAESE

CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

ANÁLISE ECONÔMICA DO ESTADO DO AMAZONAS E DO MUNICÍPIO DE MANAUS COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO

Apresentação

Elaborado pelo Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos sob coordenação de Gustavo Henrique Lopes Machado.

Este estudo tem por objetivo analisar as finanças públicas do município de Manaus e do Estado do Amazonas, sobretudo no que diz respeito aos seus investimentos no setor da educação.

Todas as informações foram retiradas de relatórios oficiais devidamente indicados. Fundamentalmente, utilizamos os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional (Siconf, FNDE).

ÍNDICE

Sumário

INTRODUÇÃO....3

ESTADO DO AMAZONAS....5

1 – AMAZONAS TEM CRESCIMENTO CONSISTENTE DE RECEITA....5
Amazonas apresenta superavit orçamentário....6
2 – INVESTIMENTO EM PESSOAL....8
3 – AS DEFICIÊNCIAS CRÔNICAS DOS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO....11
Investimentos totais em Educação....11
Piso constitucional da Educação Básica....12
Investimentos com os profissionais do magistério na Educação Básica....13

MUNICÍPIO DE MANAUS....15

1 – MANAUS RETOMA CRESCIMENTO DE SUA ARRECADAÇÃO....15
Manaus retoma superavit orçamentário....16
2 – INVESTIMENTO EM PESSOAL....18
3 – TRÊS ANOS DE QUEDA NOS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO....20
Investimentos totais em Educação....20
Piso constitucional da Educação Básica....21
Investimentos com os profissionais do magistério na Educação Básica....21
4 – FUNDEB é apenas uma receita complementar....23
Impacto do FUNDEB no orçamento da Educação....23
5 – O AVANÇO DA TERCEIRIZAÇÃO....24

CONCLUSÕES....25

INTRODUÇÃO

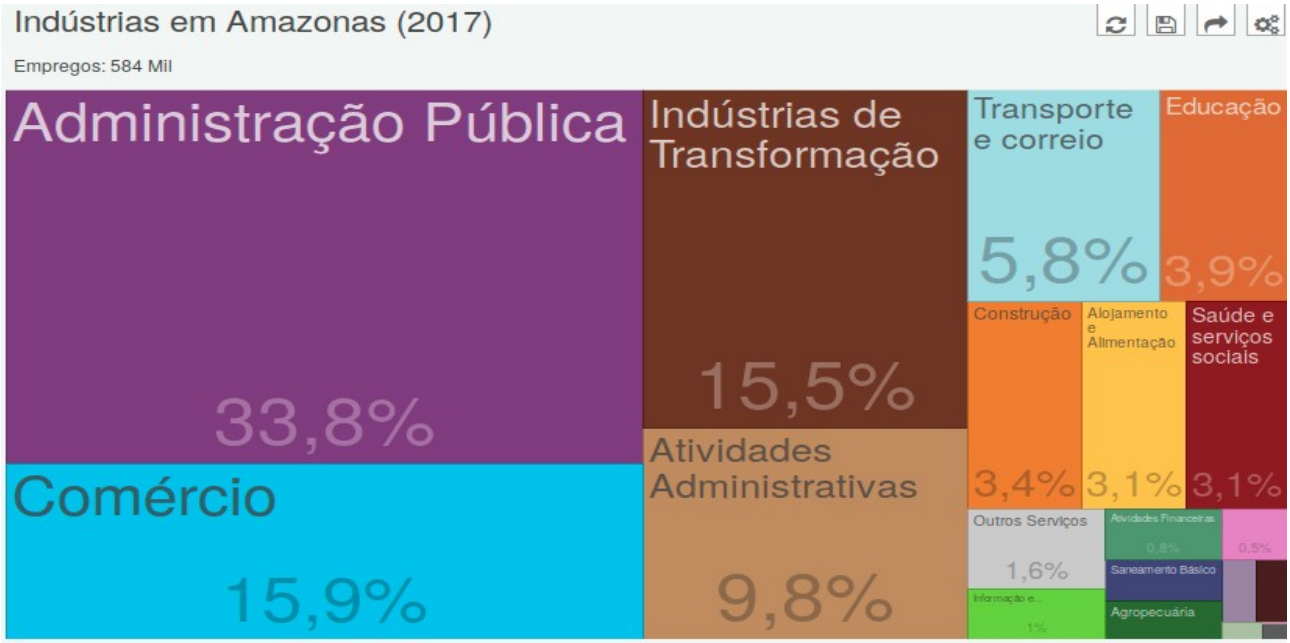
Em um contexto marcado pela crise econômica no Brasil não são poucos os Estados e municípios que se utilizam desse fato, amplamente sentido pela classe trabalhadora brasileira, como via de escape para justificar atrasos, estagnação salarial e cortes no orçamento em áreas essenciais como educação, saúde, moradia etc. No caso do Estado do Amazonas e de sua capital, Manaus, esta situação nacional de modo algum se reflete de modo significativo em suas finanças públicas, sobretudo no ano de 2018.

Sem dúvida, a crise é real e reflete problemas estruturais acumulados pelo país no curso dos últimos anos. Seja qual for seus motivos, o certo é que os trabalhadores não causaram essa crise, seja no setor público ou privado. Mesmo assim, a classe trabalhadora brasileira, produtora de toda riqueza e serviços no país, é o principal alvo das medidas que supostamente irão recolocar o país em um ciclo de crescimento. Daí as reformas trabalhista, previdenciária, sindical, além dos cortes e estagnação orçamentária.

De qualquer forma, a situação de Manaus e do Estado do Amazonas é bem peculiar. Não existe uma crise no Estado tal como se verifica em outros membros integrantes da Federação no Brasil. Tanto o Estado, como sua capital, apresentam recorrentemente superavits em seus respectivos orçamentos e o endividamento não é um problema crônico como em outros estados.

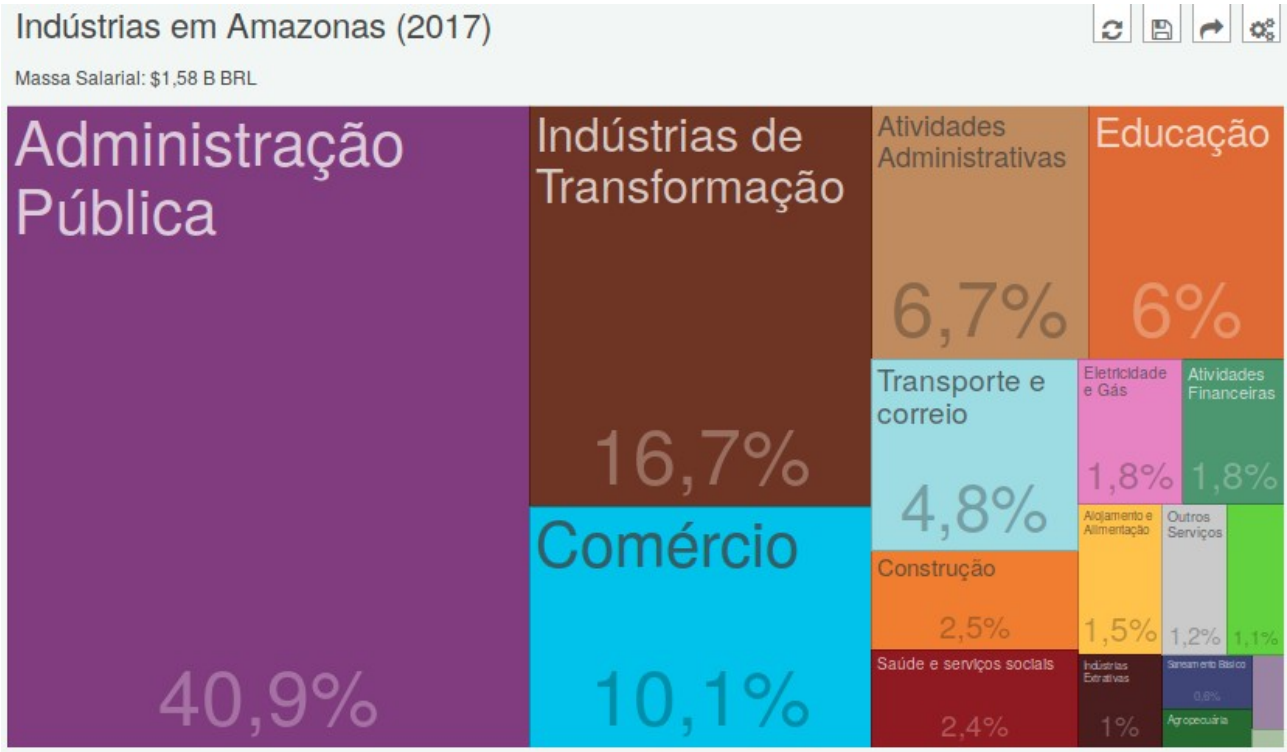
Como objetivo de apresentar corretamente esse cenário, nesse estudo, indicamos, no Primeiro Capítulo, a análise do Estado do Amazonas e, no segundo, de sua capital, Manaus. No interior de cada um desses capítulos serão analisadas a arrecadação e gastos, dos investimentos com Pessoal e sua relação com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida, inserimos tipos particulares que analisam os investimentos em Educação, o cumprimento ou não da lei do piso constitucional, os gastos com pagamento dos respectivos professores e, quando for o caso, o exame dos recursos oriundos do FUNDEB

O Estado possui a seguinte conformação de suas atividades econômicas conforme o total de trabalhadores empregados por setor:



Fonte e Elaboração: DataVIVA 2019

Como podemos ver, a Administração Pública representa 33,8% dos empregos formais do Estado, de um total de 584 mil empregos formais. A indústria de transformação é responsável pela maior diversificação econômica, com 15,5% dos empregos existentes, sendo que 3,9% desses empregos se encontram na Educação. Do ponto de vista da renda recebida por cada um desses setores, esta distribuição se altera como indicado a seguir:



Fonte e Elaboração: DataVIVA 2019

Percebemos que, do ponto de vista da renda, o percentual da participação da Administração pública, Industria de Transformação e da Educação se elevam de forma significativa, sendo esses três setores responsáveis por mais 63% da remuneração dos trabalhadores formais do Estado.

Aí reside um dos principais problemas do Estado, o elevado índice de informalidade do trabalho. Apesar de ter uma população de 3,5 milhões de habitantes, apenas 584 mil são trabalhadores formais. Isto significa que estes trabalhadores formais possui importância decisiva no Estado, já que deles se origina a maior parte da renda que escoa, depois, para os demais setores.

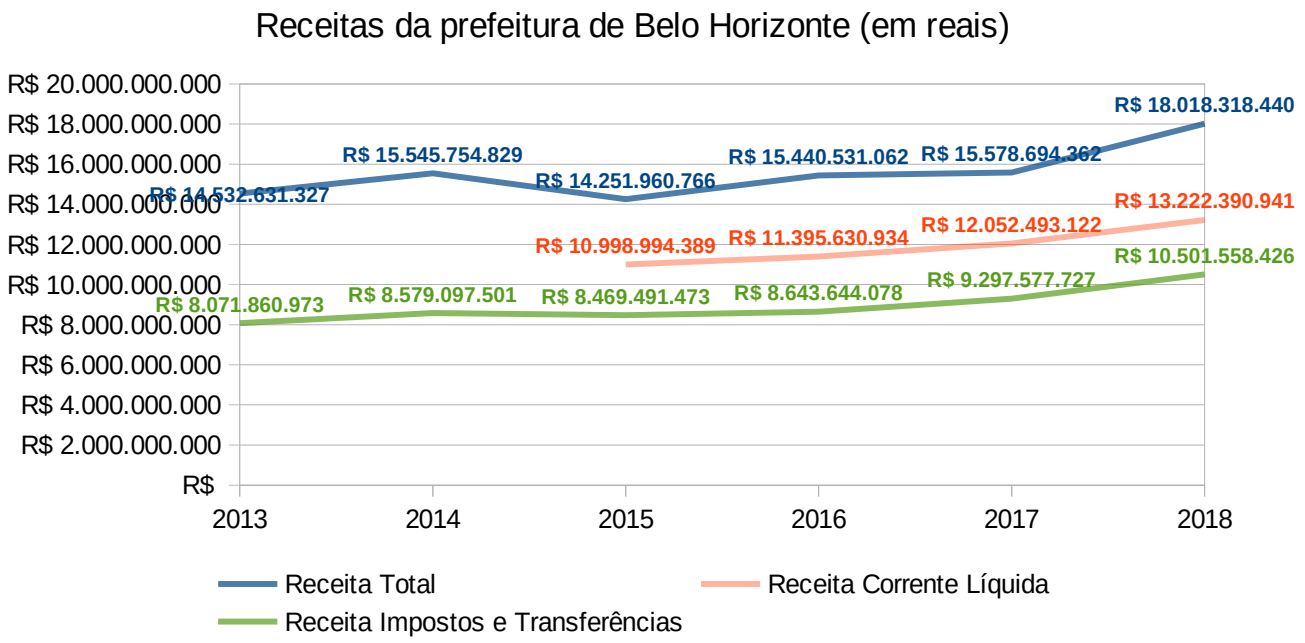
Mas as finanças estaduais são algo de bem diferente. Expressam, em grande medida, taxações fixas sobre o conjunto dos itens consumidos e produzidos no Estado. Por esse motivo, ela tende a ter uma estabilidade um pouco maior que os setores da iniciativa privada. É o que veremos nos itens seguintes desse estudo.

ESTADO DO AMAZONAS

Nesse item, analisamos os principais aspectos que indicam a real situação financeira do governo do Estado do Amazonas. Começamos pela a análise das receitas do Estado. É sobre os diversos tipos de receitas que é elaborado o orçamento e sua aplicação. É a receita o principal fator a ser utilizado para avaliar a possibilidade de ampliação de investimentos, as prioridades e assim por diante. Em seguida, analisamos os gastos com pessoal, o principal destino dessas receitas e, em particular, sua relação com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por último, examinamos o caso específico da Educação, sub diversos aspectos tais como: piso constitucional da educação básica, evolução dos investimentos no setor, investimento no pagamento dos professores etc.

1 – AMAZONAS TEM CRESCIMENTO CONSISTENTE DE RECEITA

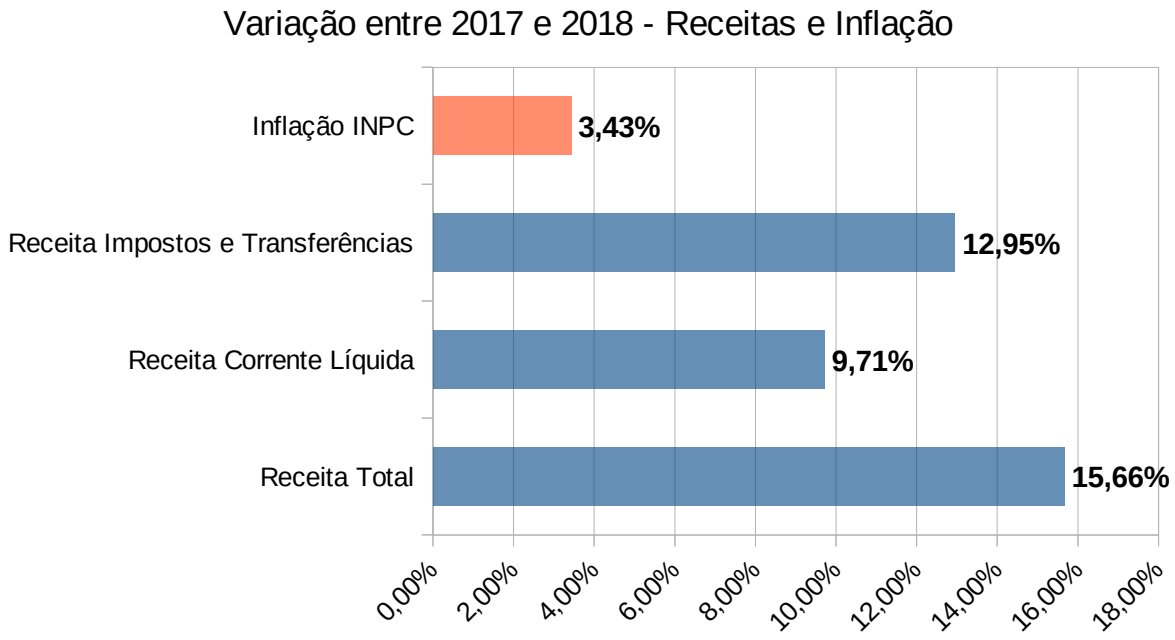
Indicamos, a seguir, as 3 principais receitas que servem de referência para a execução orçamentária municipal, bem como para avaliação de limites e pisos constitucionais: a Receita Total, Receita Corrente Líquida e Receita por impostos e Transferências.



As três receitas indicadas acima são as seguintes:

TIPO DE RECEITA	O QUE A COMPÕEM	QUAL A SUA FUNÇÃO
Receita Total	Composta por toda arrecadação municipal, seja ela corrente, extraordinária, primária ou financeira.	Serve de base para a previsão e execução orçamentária.
Receita Corrente Líquida	Leva em conta apenas a arrecadação periódica (corrente). Desconsidera, por exemplo, o superavit do ano anterior.	Utilizada no cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Receitas de de Impostos e Transferências	Leva em conta apenas impostos e transferências governamentais. Não considera, por exemplo, arrecadação com taxas, alugueis.	É a menor de todas as receitas. Utilizada no cálculo dos pisos constitucionais da saúde e educação.

Como podemos ver, apenas em 2015 houve queda na arrecadação do Estado do Amazonas e, desde então, tem-se um crescimento consistente nas receitas. Particularmente em 2018, verificamos uma notória recuperação. Indicamos abaixo, a magnitude do crescimento de cada uma das receitas utilizadas pela prefeitura explicitadas na tabela acima, comparadas com o índice da inflação medido pelo INPC.



Fonte: Tesouro Nacional:Siconf, FNDE. **Elaboração:** ILAESE

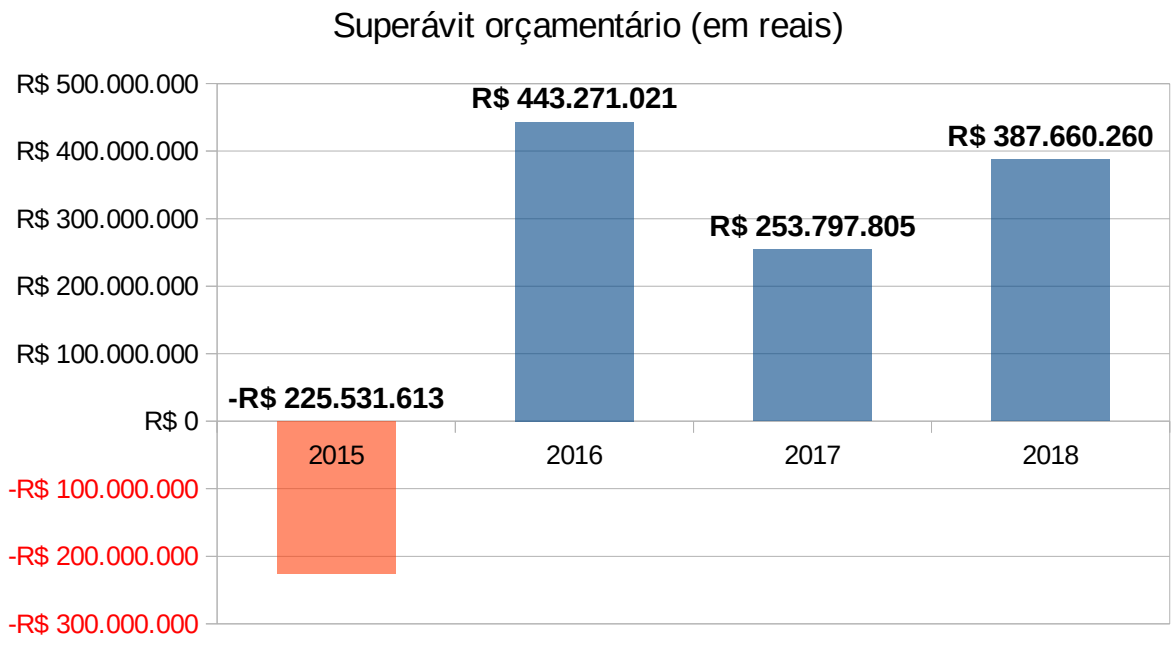
Como podemos ver, o governo do Estado de Amazonas teve uma arrecadação que excede, em larga medida, a inflação acumulada no último período. O indicador mais importante, a Receita Total, teve um crescimento de 15,66% no ano de 2018 contra uma inflação de 3,43% segundo o INPC[1]. Isto significa um ganho real na arrecadação de 12,23%.

Arrecadação total do governo do Amazonas teve um crescimento absoluto de 15,66% em 2018.

Amazonas apresenta superavit orçamentário

Claro está que não existe crise financeira alguma no Estado de Amazonas. Tanto é assim que a governo voltou a ter superavit na execução do seu orçamento. O superavit indica a diferença entre o total arrecadado pelo governo do Estado e o total gasto nas diversas áreas de atuação. Indicamos os valores abaixo:

1 O INPC é o indicador de inflação mais relevante para o perfil salarial dos trabalhadores em Educação do Estado de Amazonas, pois calcula a inflação para todos os consumidores cuja faixa de remuneração se encontra entre 1 e 5 salários mínimos.



Fonte: Tesouro Nacional:Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Consideramos, no cálculo do superavit, todas as despesas empenhadas e não apenas as pagas, ou seja, todas ordens de pagamento verificadas nos anos em questão e não apenas os pagamentos que de fato se realizaram. Em 2018, o governo do Estado teve um superavit de 387,7 milhões de reais. Trata-se de um excedente em absoluto disponível para o orçamento do ano seguinte,

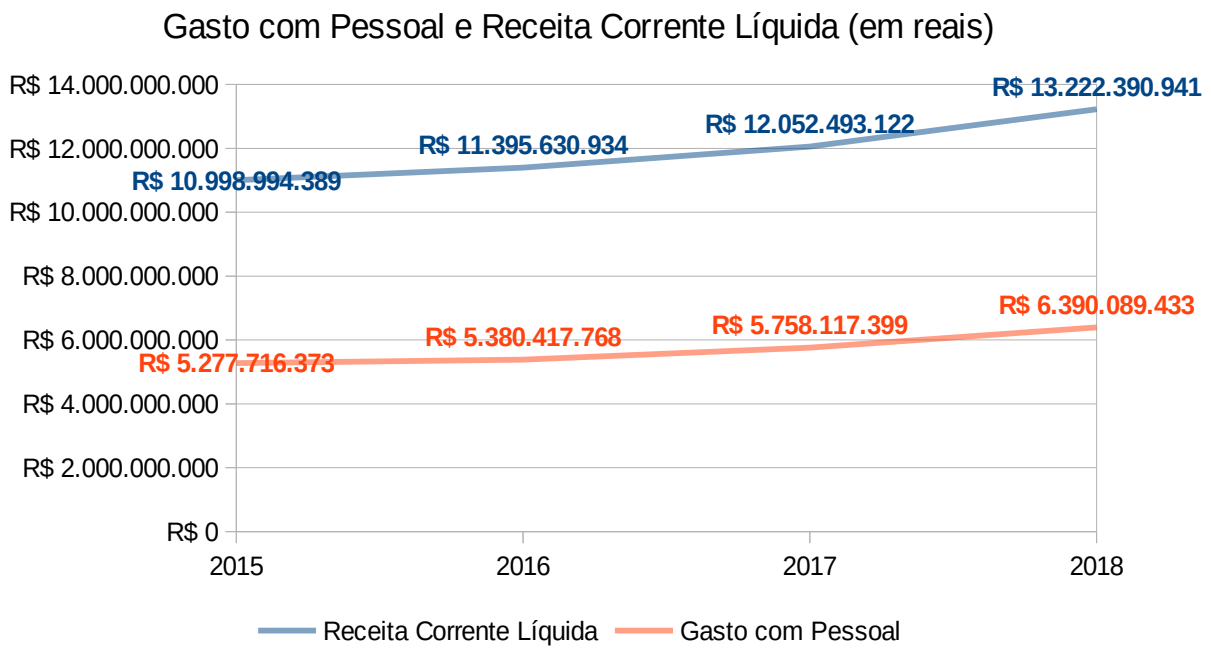
Apenas no ano de 2015 o governo apresentou deficit em suas contas. Nesse ano, foi verificado um deficit de 225 milhões de reais. Nos anos seguintes, o superavit se acumulou, ano após ano: 443,2 milhões de reais em 2016, 253,8 milhões de reais em 2017 e, por fim, os 387,7 milhões de reais anunciados em 2018. É uma situação relativamente cômoda, se compararmos por exemplo com outros Estados Brasileiros em um período de crise econômica, como o Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Rio Grande de Sul, que acumulam vários anos de deficit em seus respectivos balanços.

A governo Estadual do Estado do Amazonas teve superavit de cerca de 387,7 milhões de reais em 2018.

2 – INVESTIMENTO EM PESSOAL

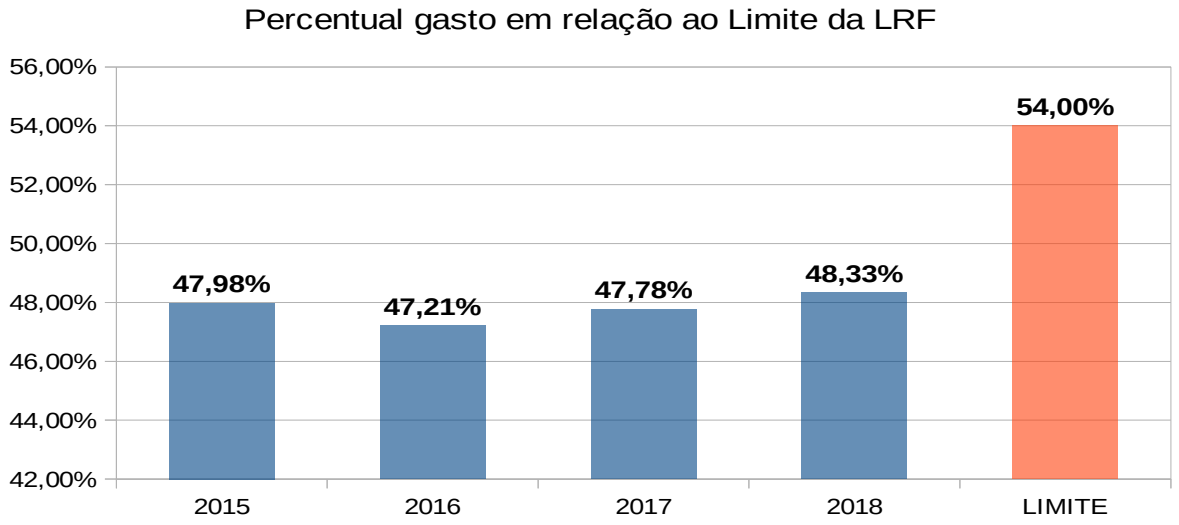
Sempre temos dito em nossos estudos sobre a necessidade de lutar contra a Lei Responsabilidade Fiscal(LRF). Tal lei impõem limites absolutos para o gasto com servidores públicos, de modo a garantir o pagamento da dívida pública. O capital financeiro é privilegiado em relação a serviços essenciais como moradia, educação, transporte e saúde. Nesse sentido, deixamos claro que tal lei não deve ser vista como um impedimento para que os servidores no geral e, os profissionais em Educação em particular, lutem pelos seus direitos e necessidades.

Esta lei estabelece que o poder executivo pode gastar, no máximo, 54% de sua Receita Corrente Líquida com pessoal. Existe ainda um limite prudencial de 51,3%. Além disso, existe um limite de 6% a serem gastos com os demais servidores do poder legislativo. Nesse sentido, 40% da Receita Corrente Líquida (mais um percentual da Receita Total que não integra a Receita Corrente Líquida) devem ser gastos exclusivamente com outras pessoas jurídicas (terceirização) ou com demandas bancárias e financeiras. Por outro lado, não existe um piso no gasto com pessoal, mas apenas um teto. Assim, nada impede que a prefeitura gaste muito menos de 54% com pessoal. Indicamos abaixo o valor da Receita Corrente Líquida do Estado, seguida pelos respectivos gastos com pessoal.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

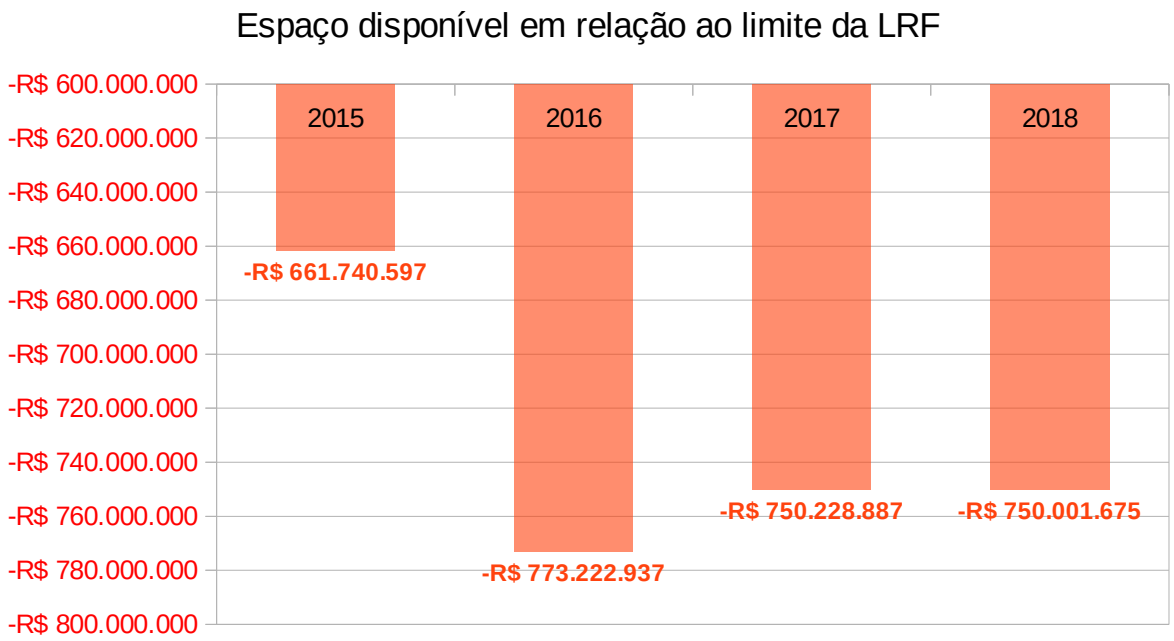
Indicamos abaixo o percentual dos investimentos em pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Ora, em 2018, foram gastos apenas 48,33% com pessoal, 5,77% menos do que permite a LRF e 3,03% abaixo do Limite Prudencial. Mas não somente isto. Caso não exista reajuste para os respectivos servidores, a tendência é que essa diferença cresça ainda mais. Não é correto, portanto, que um reajuste ou mesmo contratações de novos servidores eleve necessariamente os gastos com pessoal, isto apenas ocorre se esse aumento for superior ao crescimento da Receita Corrente Líquida. Como vimos, no último ano, o crescimento da Receita Corrente Líquida foi de 9,71%. Caso, por exemplo, os gastos com pessoal se elevem em 5% e a Receita Corrente Líquida cresça esse mesmo patamar, os gastos com pessoal permanecem com o mesmo percentual.

Nesse cenário, indicamos abaixo, o espaço disponível para gasto com pessoal conforme os espaço existentes em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal:



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Nos últimos dois anos, o espaço disponível para ser gasto com pessoal foi de 750 milhões de reais. Se considerarmos o limite prudencial, esse espaço foi, em 2018, de 387 milhões de reais. Importante lembrar que, ao prosseguir a tendência dos últimos 4 anos de crescimento nas receitas, esse valor será ainda mais elevado no ano de 2019.

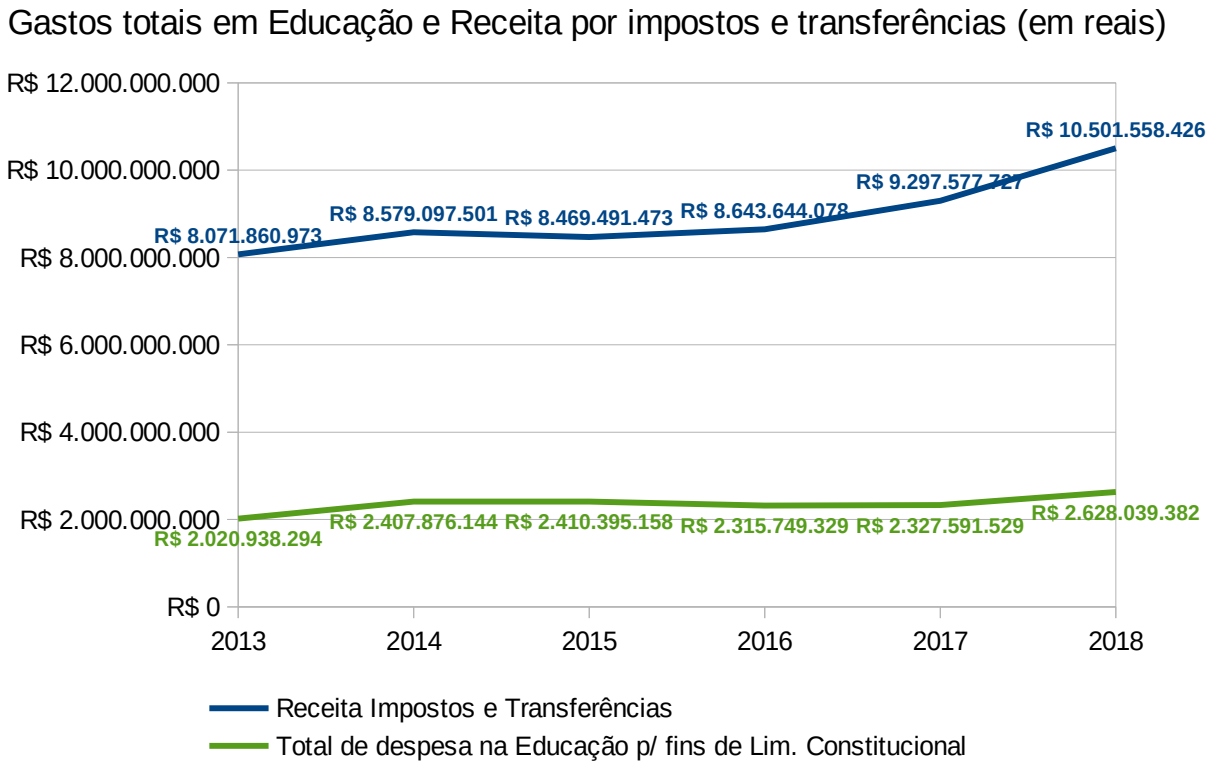
Em 2018, existiu um espaço disponível de 750 milhões de reais tendo em vista o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

3 – AS DEFICIÊNCIAS CRÔNICAS DOS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

Do que foi anteriormente analisado, fica claro que, já no ano de 2018, houve possibilidades reais de se ampliar os recursos destinados a Educação estadual, bem como a outros serviços e necessidades essenciais. No presente item, tratamos, em particular, da Educação.

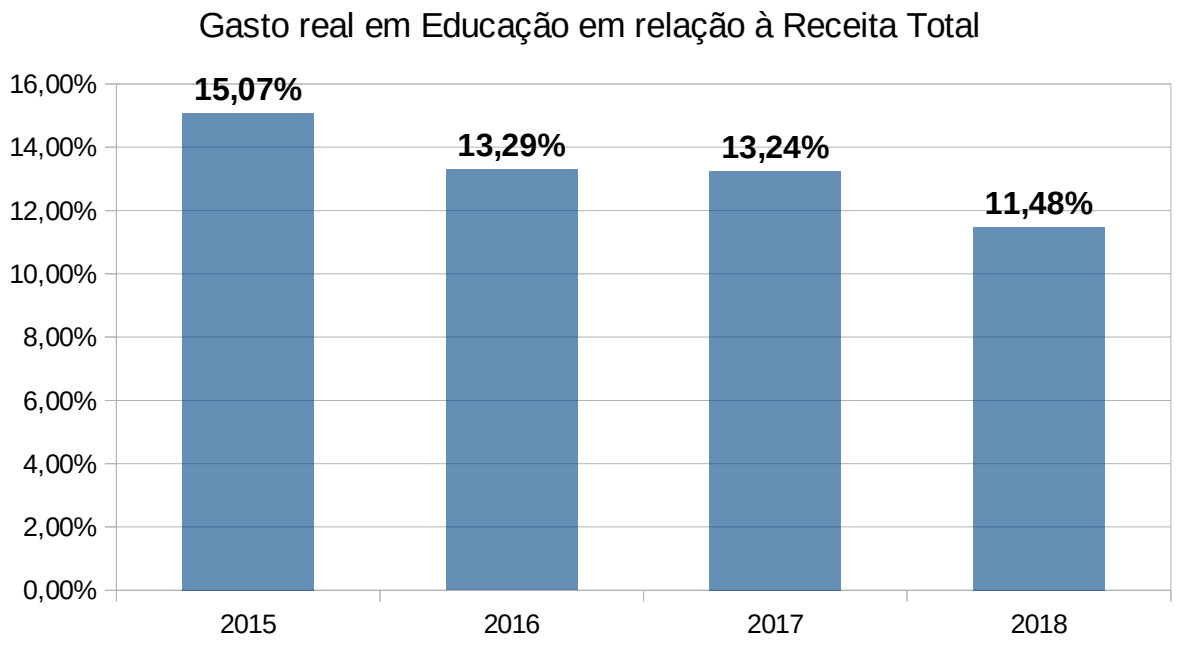
Investimentos totais em Educação

No item abaixo apresentados o total investido em educação em relação à Receita por Impostos e Transferências. Como explicado no primeiro capítulo desse estudo, é sobre essa receita que incide o piso constitucional da educação básica. Apresentamos ainda, em verde, o gasto na Educação básica segundo os requisitos exigidos para o cálculo do piso constitucional de 25%.



Como se nota, entre 2014 e 2018, houve uma redução absoluta do total investido em Educação no Estado. De 2,497 bilhões de reais investidos em 2017, temos apenas 2,327 bilhões gastos em 2017, uma queda de 3,3%. O crescimento verificado em 2018, por seu turno, é inferior ao crescimento da Receita Total no presente ano, bem como da Receita por impostos e transferências. Isto, sem levar em conta as perdas acumuladas nos últimos 5 anos.

Não sem razão, o percentual total investido na Educação caiu de 15,07% em 2015 para 11,48% em 2018, como indicado no gráfico que se segue.

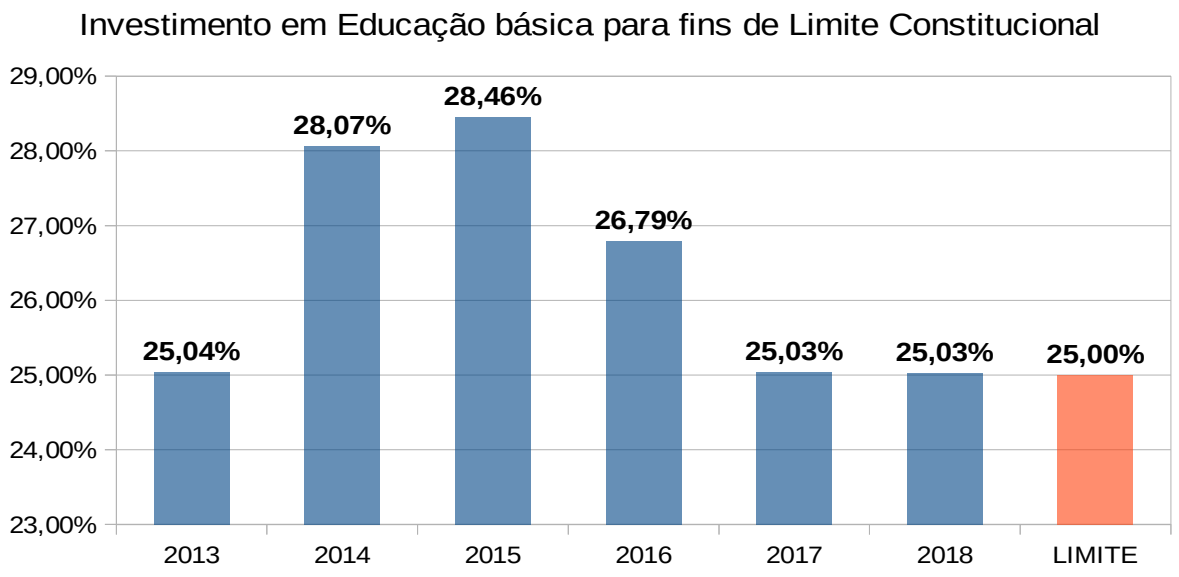


Fonte: FNDE **Elaboração:** ILAESE

Pode parecer, a primeira vista, que o Estado não cumpre o piso de 25% a ser aplicado na Educação Básica. No entanto, conforme já foi dito, esse piso é medido em relação à Receita por impostos e transferências, que em 2018 foi 7,5 bilhões a menos que a Receita Total. No item seguinte, analisaremos os gastos em educação em conformidade com os critérios estabelecidos pela Lei do Piso.

Piso constitucional da Educação Básica

Considerando apenas a Educação Básica, temos uma queda expressiva nos investimentos.



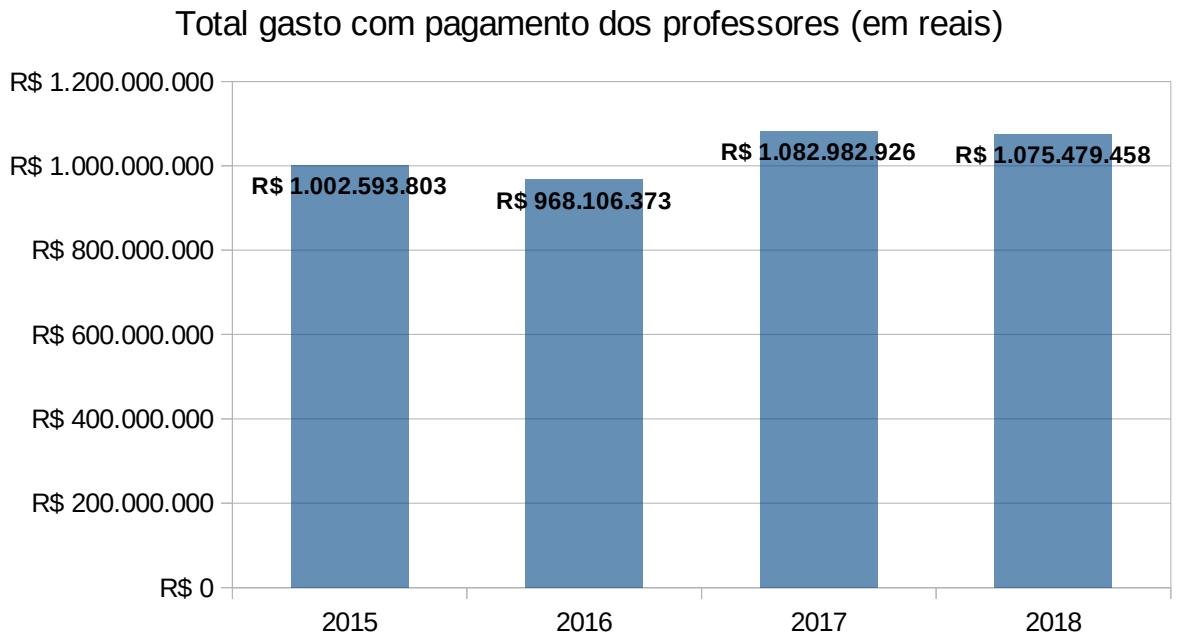
Fonte: FNDE. **Elaboração:** ILAESE

Sempre bom lembrar que não se trata de 25% da Receita Total da prefeitura. A lei do piso determina que o mínimo a ser investido na educação básica incide apenas na Receita por Impostos e Transferências. Após ter investido cerca de 28,46% da Receita por Impostos e Transferências em 2015, esse percentual ficou em 25,03% nos dois últimos anos. Isto significa que o Estado está no limite mínimo estabelecido por Lei.

Investimentos em Educação despencam desde 2015. O Estado está no limite mínimo estabelecido por lei.

Investimentos com os profissionais do magistério na Educação Básica

Já os gastos com os professores caiu em termos absolutos em 2018. Nesse ano, foram gastos 1,075 bilhões reais com o setor, enquanto no ano anterior foram gastos 1,082 bilhões. Isto em um ano em que o Estado teve mais de 15% de crescimento em sua Receita Total. Indicamos os números no gráfico que se segue.

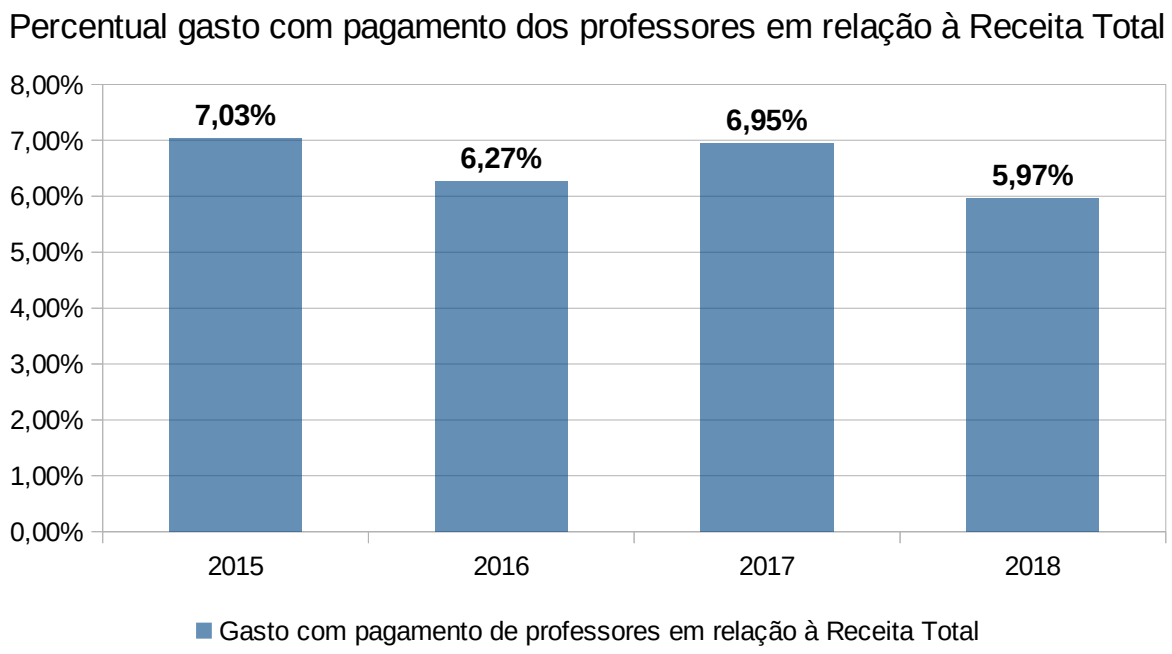


Fonte: FNDE. **Elaboração:** ILAESE

Na verdade, os gastos com o setor estão praticamente estagnados nos últimos 4 anos, com um crescimento de 7,2% em todo esse período, menos da metade do crescimento da Receita Total só no ano de 2018.

Não por acaso, o percentual gasto com professores em relação a Receita Total despencaram, como indicamos a seguir.

-0,76 cm



Fonte: FNDE. **Elaboração:** ILAESE

A queda, como indicado, é expressiva. De 7,03% aplicado no pagamento dos professores em 2015 para apenas 5,97% em 2018.

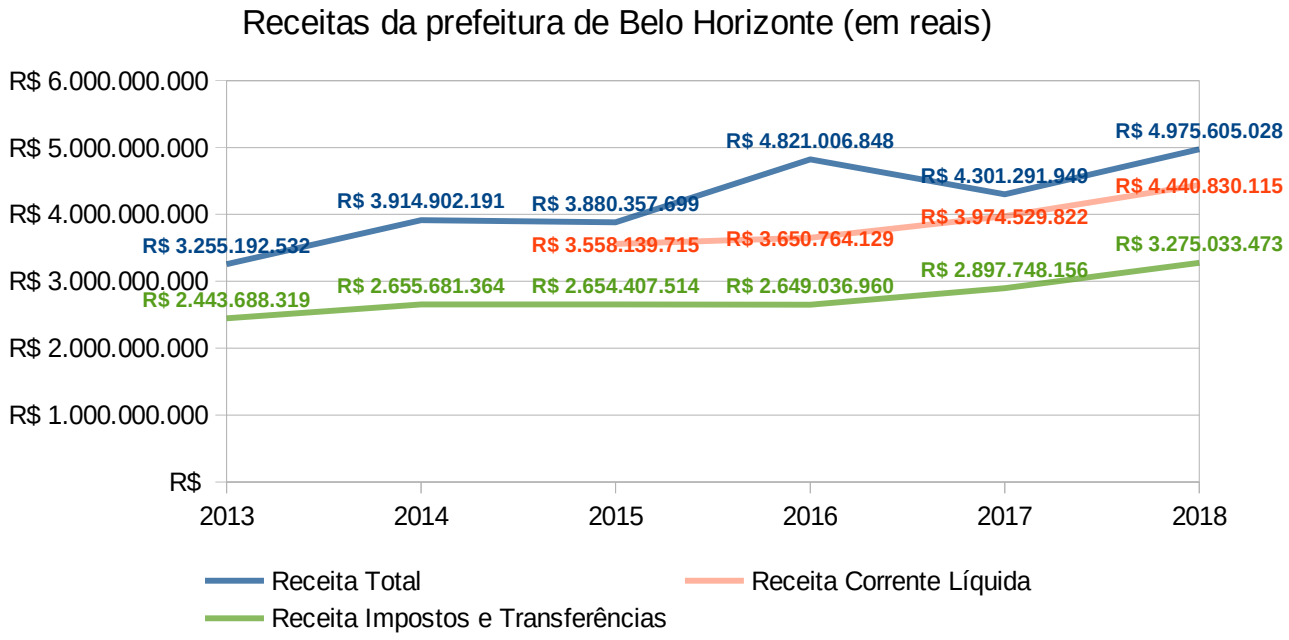
Os investimentos nos professores da educação municipal caiu de 7,03% da Receita Total para 5,97% entre 2015 e 2018.

OBS: Uma nota sobre o FUNDEB: A análise dos números do FUNDEB não é relevante para o caso do Estado. O motivo é que, com a municipalização do ensino ocorrida a mais de uma década, o objetivo do FUNDEB é transferir recursos estaduais para os municípios, de modo a atender essa demanda. Todos os estados do Brasil, sem exceção, tem um saldo negativo do FUNDEB, já que recursos são transferidos da esfera estadual para a municipal.

MUNICÍPIO DE MANAUS

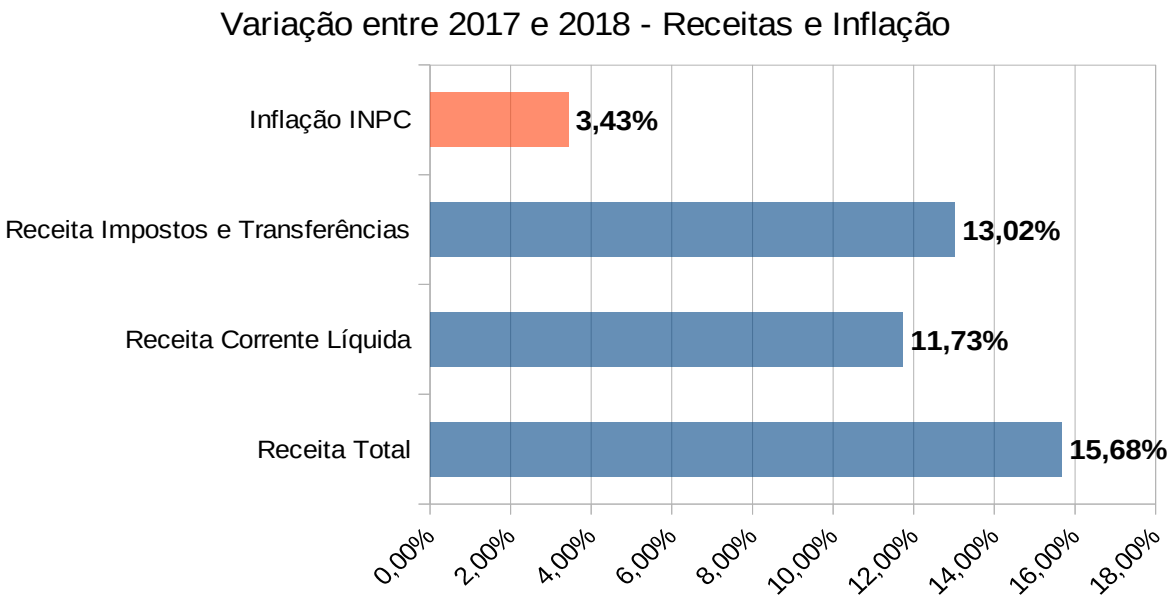
1 – MANAUS RETOMA CRESCIMENTO DE SUA ARRECADAÇÃO

Tal como realizamos na análise do Estado do Amazonas, o item mais relevante para analisar a situação econômica do Município de Manaus são as Receitas. Também nesse caso, indicamos os três tipos mais relevantes de Receitas para o presente propósito: a Receita Total, Receita Corrente Líquida e Receita por impostos e Transferências.



Fonte: Tesouro Nacional:Siconf, FNDE. **Elaboração:** ILAESE

Como podemos ver, em 2017, houve redução na arrecadação total do municipal. No entanto, em 2018, verificamos uma notória recuperação. Este crescimento permitiu ao caixa do município superar, em larga medida, a queda na arrecadação verificada no ano anterior. Indicamos abaixo a magnitude do crescimento de cada uma das receitas utilizadas pela prefeitura explicitadas na tabela acima, comparadas com o índice da inflação medido pelo INPC.



Fonte: Tesouro Nacional:Siconf, FNDE. **Elaboração:** ILAESE

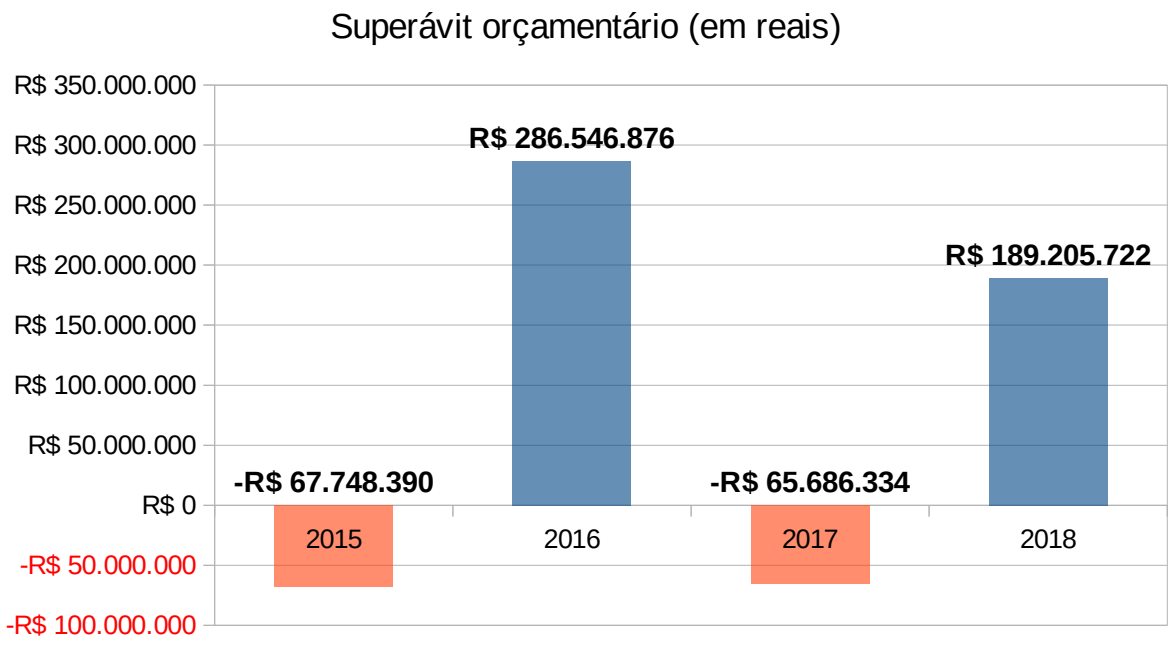
Na prefeitura do município de Manaus também verificamos, em 2018 uma arrecadação que excede, em larga medida, a inflação acumulada no último período. A Receita Total, teve um crescimento de 15,68% contra uma inflação de 3,43% segundo o INPC[2]. Todas as receitas consideradas cresceram acima dos 10%.

Arrecadação total da prefeitura teve crescimento de 15,68% em 2018.

Manaus retoma superavit orçamentário

Após um deficit pouco expressivo no ano de 2017, a prefeitura voltou a ter um relevante superavit em seu balanço financeiro de 2018, no valor de 189 milhões de reais. Demonstramos no gráfico seguinte os superavits e deficits acumulados no curso dos últimos 4 anos.

2 O INPC é o indicador de inflação mais relevante para o perfil salarial dos trabalhadores em Educação do Município de Manaus, pois calcula a inflação para todos os consumidores cuja faixa de remuneração se encontra entre 1 e 5 salários mínimos.



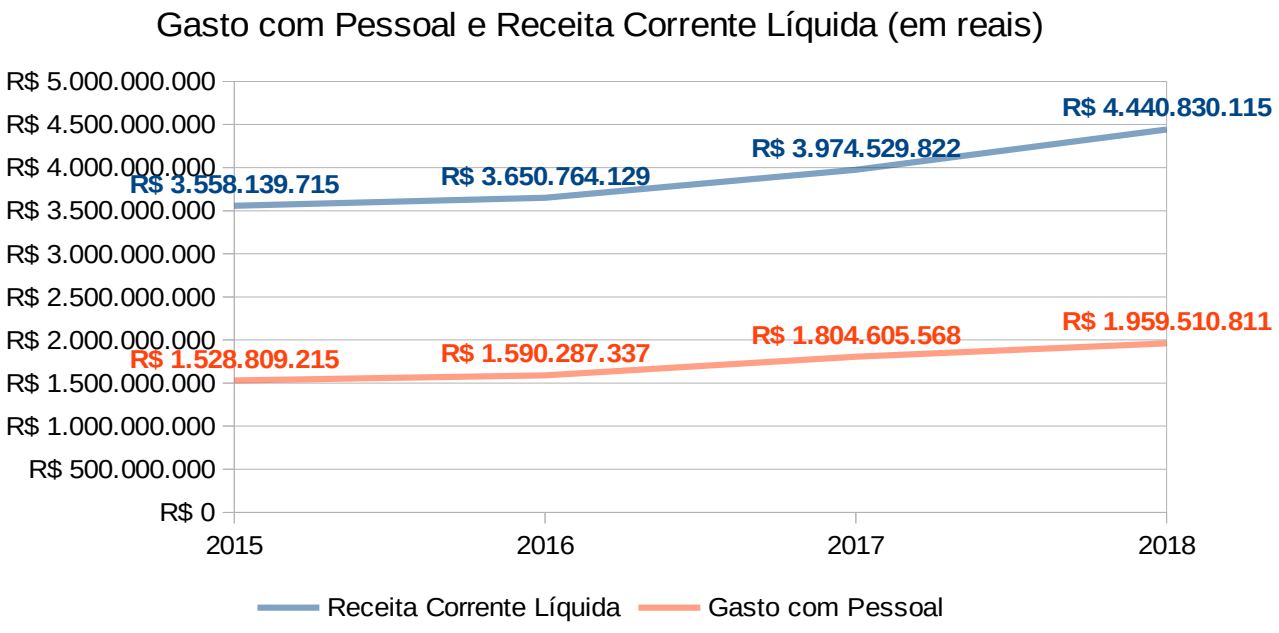
Fonte: Tesouro Nacional:Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Esse valor poderia ter sido ainda mais elevado, já que em 2018 foi quitado o deficit orçamentário de 2017, no valor de 65,7 milhões de reais. Fica nítido, portanto, que o ano de 2018 a prefeitura de Manaus terminou em situação financeira muito mais cômoda que no ano anterior.

A prefeitura de Manaus teve superavit de cerca de 189 milhões de reais em 2018.

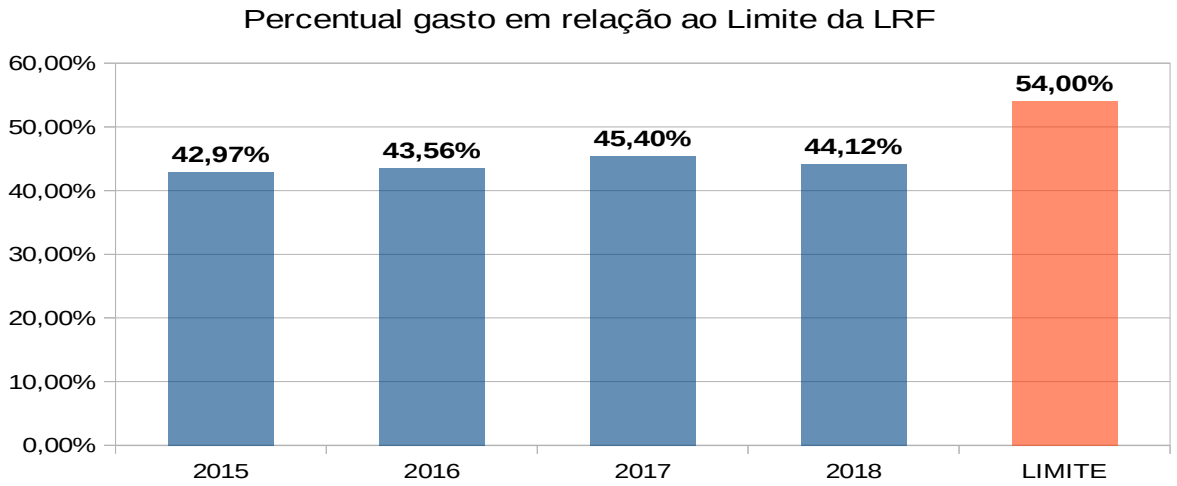
2 – INVESTIMENTO EM PESSOAL

Abaixo temos o valor da Receita Corrente Líquida do município, seguida pelos respectivos gastos com pessoal. Como foi explicado no item relativo ao Estado, a Receita Corrente Líquida é aquela utilizada para estabelecer o limite de gastos com pessoal conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressaltamos, uma vez mais, que tal lei não pode ser um impedimento para o atendimento de serviços básicos a população, como saúde, educação, transporte e moradia. A Lei de Responsabilidade Fiscal privilegia os gastos de natureza financeira e bancária em detrimento dos demais serviços. No entanto, em Manaus, a Lei de Responsabilidade Fiscal está distante de ser a primeira preocupação, isto porque o município não apresenta, hoje, qualquer risco imediato de superar esses limites. Comecemos pelos dados da Receita Corrente Líquida e dos gastos com Pessoal.



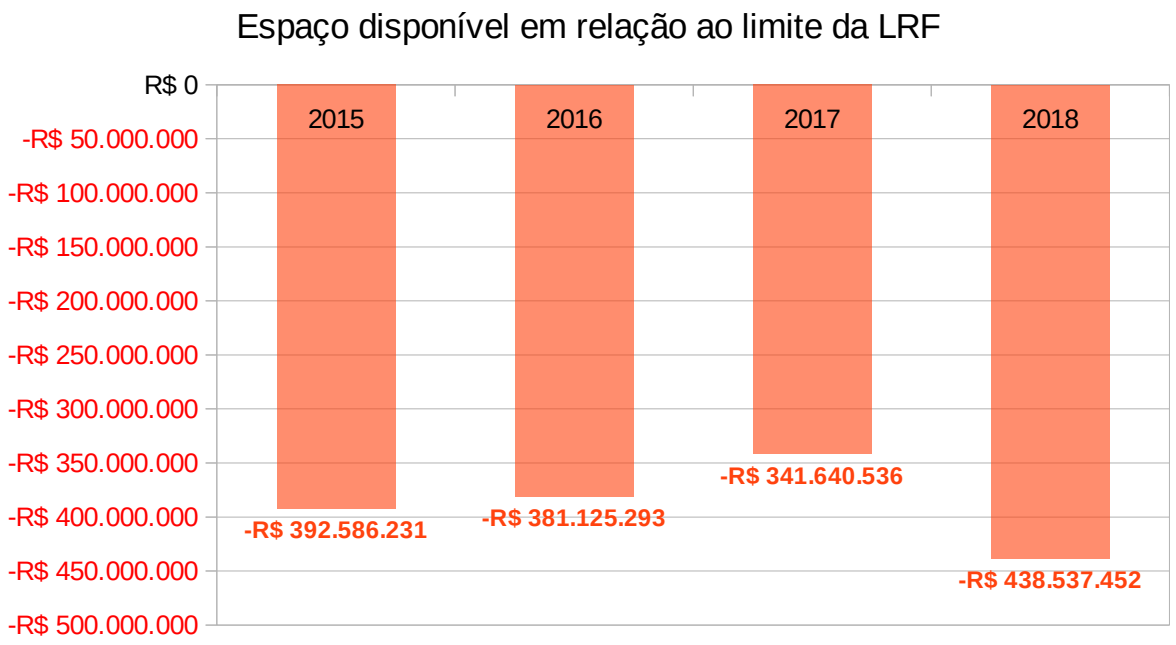
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Percentualmente, os gastos com pessoal são os seguintes:



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Como podemos ver, em 2018, foram gastos apenas 44,12% com pessoal no município, 9,88% menos do que permite a LRF. Os espaços disponíveis para serem investidos nos servidores são, portanto, enormes. É o que indicamos abaixo.



Fonte: Tesouro Nacional - SICONF. **Elaboração:** ILAESE

Em 2018 tivemos o mais elevado espaço disponível para investimento em Pessoal registrado nos últimos anos. Considerando o limite de 54% esse valor é de 438,5 milhões de reais. Se considerarmos o limite prudencial, esse valor é de 318 milhões de reais. Trata-se, com certeza, de uma das condições mais confortáveis do Brasil em relação a esse aspecto.

Em 2018, houve um espaço de 438 milhões de reais que poderiam ser gasto com pessoal, mas que tiveram outros destinos.

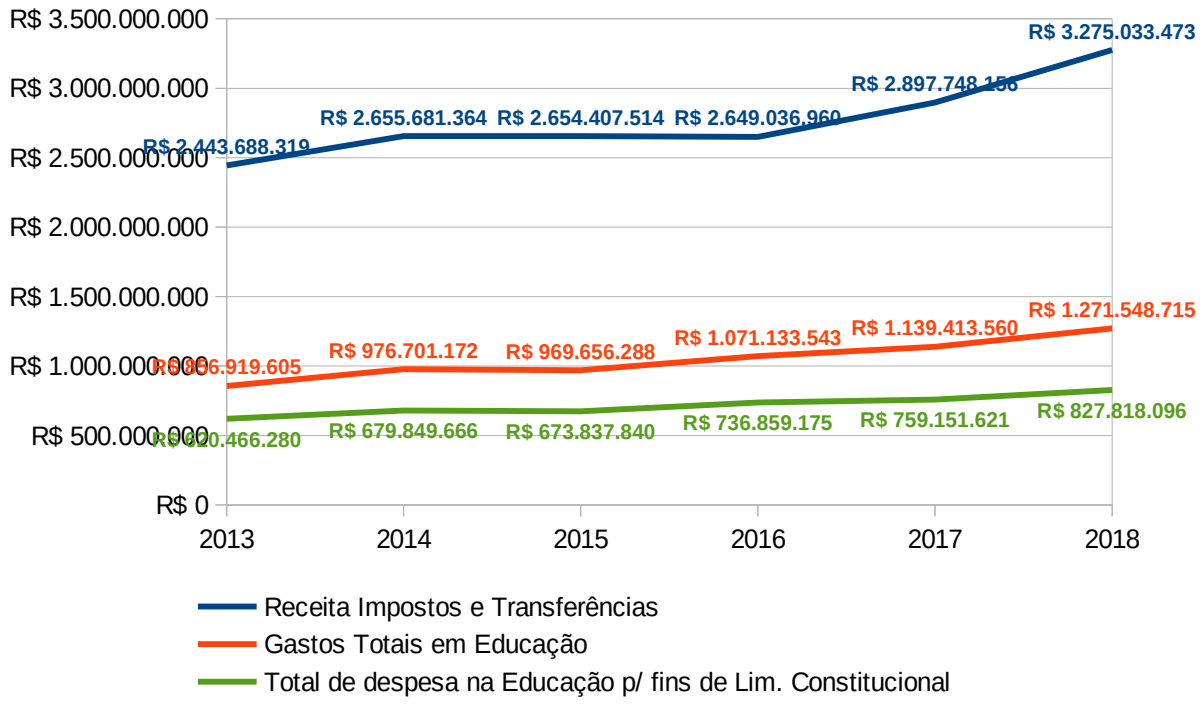
3 – TRÊS ANOS DE QUEDA NOS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

Indicamos nesse item a evolução dos investimentos em educação no município de Manaus. Foram analisados tanto os investimentos em educação básica, utilizados para o cálculo dos pisos constitucionais, os pisos constitucionais, bem como os gastos com os profissionais do magistério.

Investimentos totais em Educação

No item abaixo apresentados o total investido em educação em relação à Receita por Impostos e Transferências. Apresentamos ainda o gasto bruto total na Educação, em vermelho, seguido pelo gasto na Educação básica segundo os requisitos exigidos para o cálculo do piso constitucional de 25%.

Gastos totais em Educação e Receita por impostos e transferências (em reais)

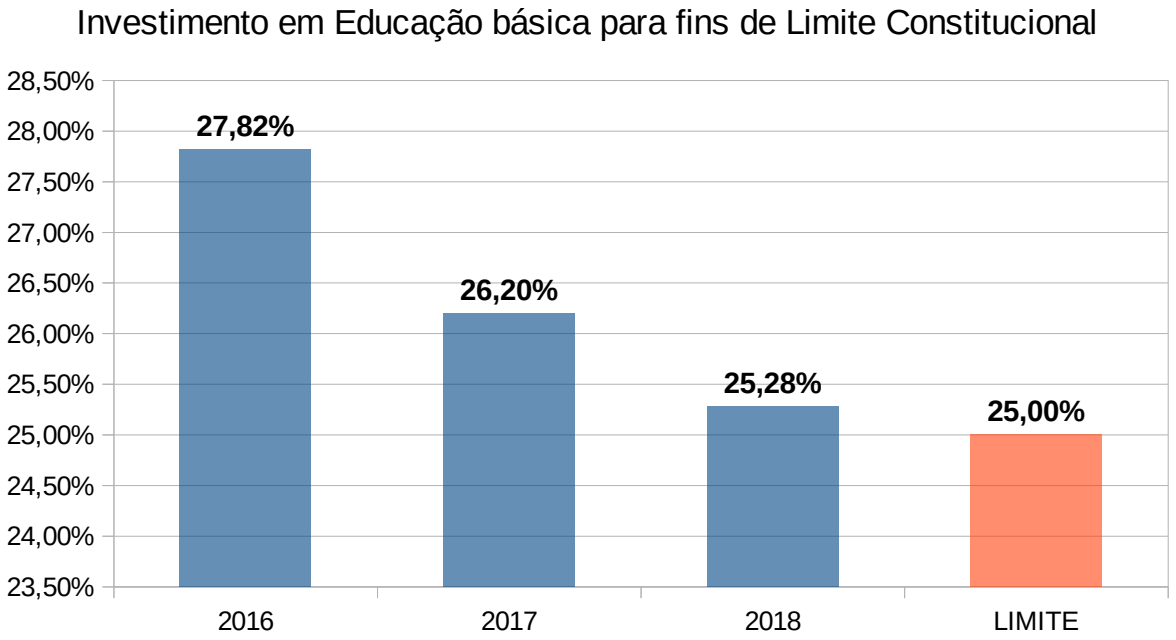


Fonte: FNDE e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Uma visão mais clara sobre esses números podem ser obtidas analisando o percentual investido no setor em relação a Receita por Impostos e Transferências, utilizados para o cálculo do piso constitucional de 25%.

Piso constitucional da Educação Básica

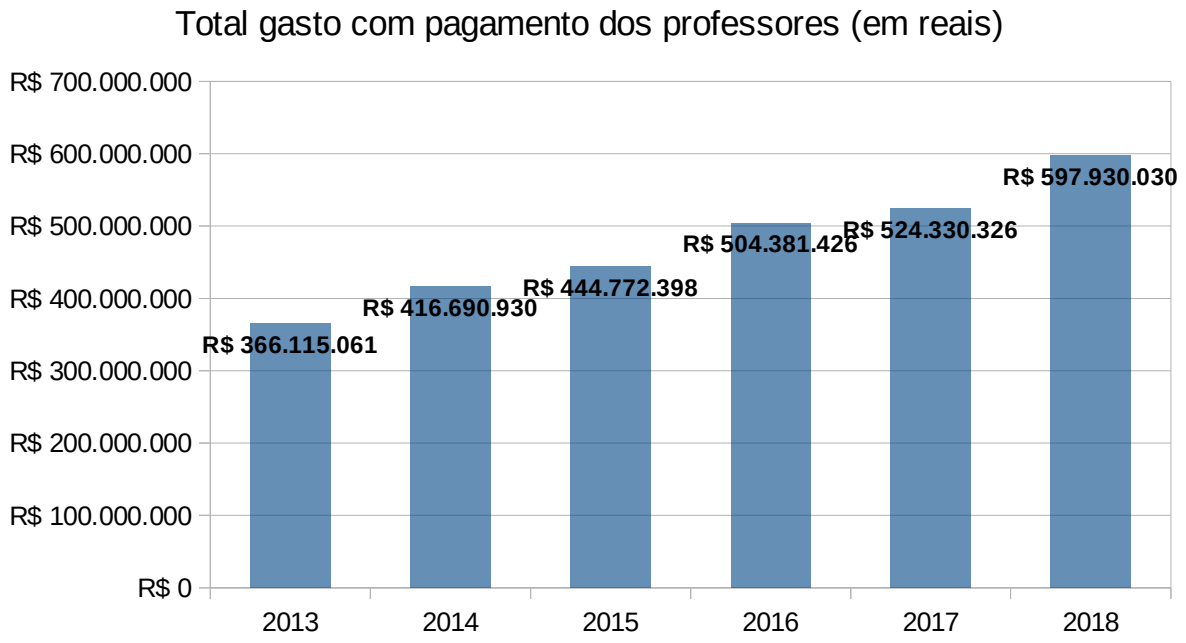
Considerando apenas a Educação Básica, temos um quadro de queda continuada dos investimentos nos últimos 3 anos. Esse percentual sempre caiu de 27,82% em 2016 para 25,28%em 2018, isto é, muito próximo do piso mínimo estabelecido.



Os gastos com educação Básica em Manaus acumulam três anos consecutivos de queda no percentual investido.

Investimentos com os profissionais do magistério na Educação Básica

Indicamos abaixo o montante gasto com o pagamento dos professores.



Fonte: FNDE. **Elaboração:** ILAESE

Apesar do crescimento aparente, esses valores indicam uma estagnação percentual. O montante gasto oscilou, sempre, em torno de 12% no curso dos 6 anos analisados.

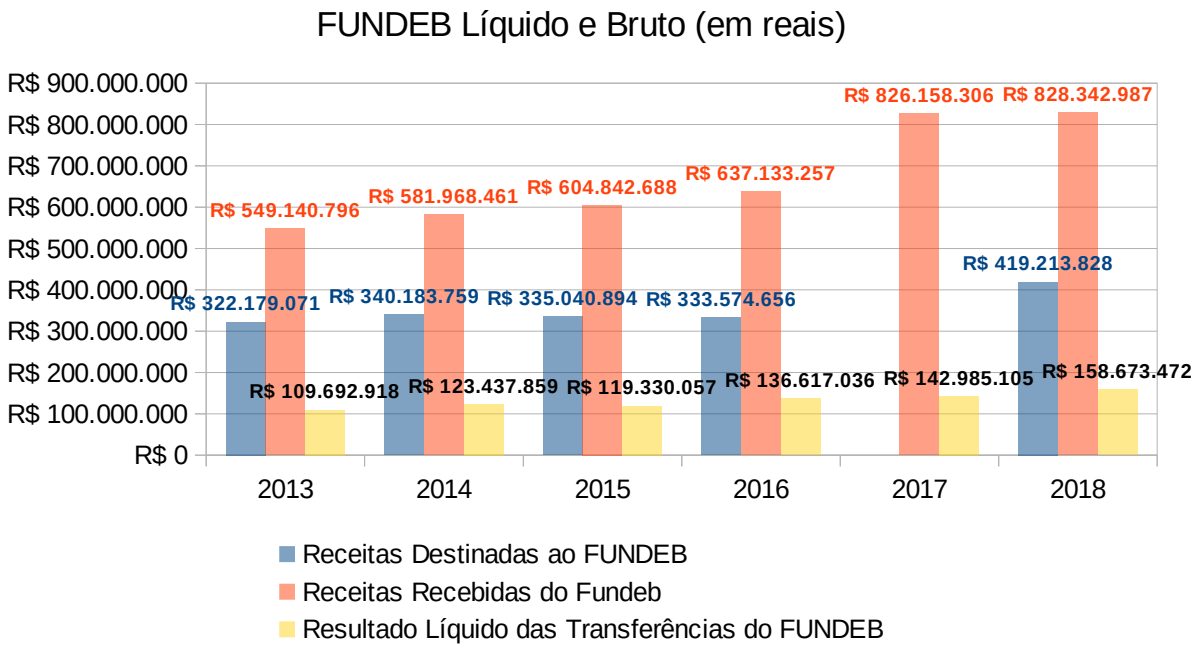
4 – FUNDEB é apenas uma receita complementar

O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) tem sua origem em uma parcela de 20% que incide sobre os tributos arrecadados por todas as esferas de Governo, segundo um conjunto de regras preestabelecidas. Além disso, o Fundeb ainda recebe os recursos da chamada Complementação da União, por intermédio do orçamento do Ministério da Educação. Analisemos, em primeiro lugar, o impacto do FUNDEB no orçamento destinado a educação em Manaus, para, em seguida, analisarmos sua distribuição.

É importante deixar claro que o FUNDEB é apenas uma receita complementar para o financiamento da educação pública. A responsabilidade de financiamento da educação municipal é, por definição, da respectiva prefeitura. O FUNDEB é uma transferência da União que visa auxiliar nessa tarefa, mas não substitui, em nenhum sentido, as responsabilidades da administração municipal.

Impacto do FUNDEB no orçamento da Educação

No gráfico e na tabela abaixo, podemos ver a parcela dos recursos oriundos do FUNDEB entre 2013 e 2018. Em vermelho temos o valor recebido pelo município do FUNDEB, em azul temos o valor pago pelo município ao FUNDEB e, em amarelo, o saldo líquido do FUNDEB.

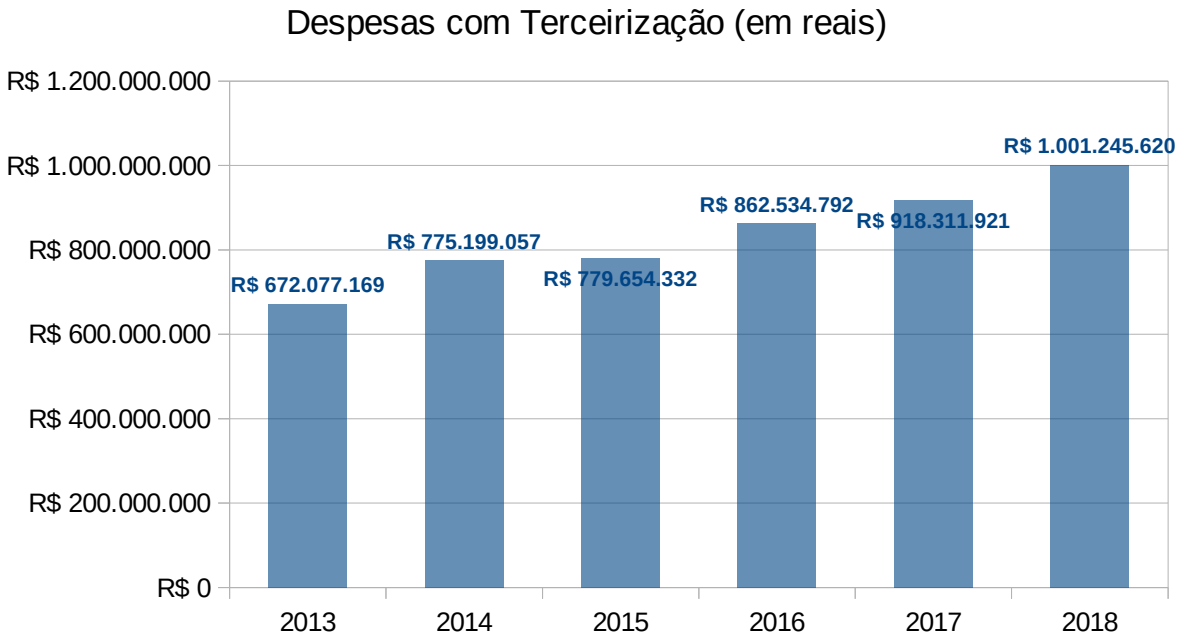


Fonte: FNDE. **Elaboração:** ILAESE

O montante líquido recebido pelo FUNDEB cresceu de forma contínua no curso dos últimos 6 anos. De 109 milhões de reais em 2013 esse valor líquido passou para 158 milhões de reais em 2018. Ainda que o financiamento da Educação seja uma responsabilidade exclusiva da prefeitura, a ausência de recursos do FUNDEB não é desculpa, já que esta transferência apresenta um crescimento contínuo desde 2013.

5 – O AVANÇO DA TERCEIRIZAÇÃO

Uma prova de primeira importância de que o município de Manaus, conseguiu expressivos recursos no ano de 2018 foi a disparada na terceirização. Esses gastos apresentam uma tendência crescente de crescimento nos últimos 6 anos. No entanto, em 2019 esse montante superou 1 bilhão de reais, um crescimento superior a 9% em apenas um ano.



Fonte: FNDE e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Para se ter uma ideia clara dessa magnitude, o valor absoluto com que os gastos em atividades terceirizadas evoluíram, basta atentar que o crescimento dos recursos destinados a atividades terceirizadas foi quase o dobro do montante gasto para o pagamento de todos os professores da rede pública municipal.

CONCLUSÕES

Tanto o Estado do Amazonas como sua capital, Manaus, apresentaram crescimento expressivo de suas receitas em 2018, muito além da inflação e do crescimento dos gastos com pessoal no período.

Não há problemas com gastos com pessoal em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal em ambos os casos, ainda que a situação da capital seja mais confortável que a do Estado. Em ambos os casos, o espaço disponível é da ordem das centenas de milhos de reais.

O Estado e o Município também coincidem no que diz respeito a redução dos gastos em educação básica e estão próximos do limite estabelecido constitucionalmente. No Estado a situação é mais grave, já que apresenta 4 anos seguidos de queda no percentual investido na educação e estagnação nos investimentos com os professores.

Tanto o Estado do Amazonas como o município de Manaus apresentaram superavit orçamentário em 2018, ou seja, se arrecadou mais do que gastou.